

1 ATA DA 516^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
2 CRIMINAL E PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025

3

4 No dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre do Tribunal
5 de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, os Membros do Conselho Nacional de Política
6 Criminal e Penitenciária – CNPCP reuniram-se ordinariamente presencial e por
7 videoconferência, presente o Presidente do CNPCP, Douglas de Melo Martins, e os
8 seguintes membros: Aline Ramos Moreira; Arthur Richardisson Evaristo Diniz; André
9 Alisson; Bruno César Gonçalves da Silva; Bruno Dias Cândido; Caroline Santos Lima;
10 Davi Marcio Prado Silva; Graziela Paro Caponi; Kátia Abreu; Pierpaolo Cruz Bottini; Rafael
11 Velasco Brandani; Susan Lucena Rodrigues; Márcia de Alencar; Marcus Castelo Branco
12 Alves Semeraro Rito. Ausências: André de Albuquerque Garcia; Carlos Eduardo; Cíntia
13 Rangel Assumpção; Herbert Santos; Luciana Gomes Ferreira de Andrade; Paulo Augusto
14 Oliveira Irion; Patrícia Vilella Marino; Walter Nunes da Silva Junior. O Presidente do
15 Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), Douglas de Melo
16 Martins, iniciou a apresentação saudando a todos e agradecendo, em particular, ao
17 Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Ricardo
18 Couto de Castro, a Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes, 2^a Vice-
19 Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Supervisora do Grupo
20 de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e a Maria Rosa Lo Duca Nebel,
21 Secretária de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, pela acolhida aos
22 membros do CNPCP. Finalizando as falas da mesa de autoridades, o Presidente passou
23 a palavra para a Conselheira Kátia Abreu, presidente do GT que trata da atualização da
24 Resolução nº 4/2009 que dispõe sobre filhos e filhas de mulheres encarceradas. A
25 Conselheira informou que o Ministro Gilmar Mendes determinou um mutirão imediato em
26 favor de gestantes, lactantes e mães de crianças pequenas. Também comunicou que o
27 Presidente Douglas estendeu os trabalhos do GT por mais 6 (seis) meses com o objetivo
28 de acompanhar a determinação do Supremo Tribunal Federal. Em seguida, foi concedida
29 a palavra à Juíza Mirella, relatora do Grupo de Trabalho, que destacou a importância de
30 promover a articulação com o Poder Judiciário, a fim de antecipar a realização de mutirões
31 carcerários e construir um pacto interinstitucional voltado à erradicação da presença de
32 crianças em unidades prisionais no país. A Presidente Kátia Abreu discorreu sobre um
33 ponto controverso da minuta: o tempo de permanência da criança no encarceramento.
34 Destacou que, após vários debates, optou-se por sugerir, na minuta, o prazo de 1 ano em
35 razão da amamentação. A Conselheira Márcia de Alencar, sugeriu incluir o Conselho de

36 Psicologia nos debates. O Conselheiro André Alisson sugeriu que a doação de leite
37 materno seja contada como benefício para a mãe doadora. Após algumas colocações e
38 pedidos de vista por parte de alguns conselheiros, optou-se pela discussão e votação em
39 outra oportunidade. O Presidente Douglas de Melo Martins passou ao próximo ponto da
40 pauta: o cronograma do Plano de Trabalho do livro sobre Alternativas Penais, de autoria
41 da Conselheira Márcia e da Dra. Vera Muller, cujo lançamento está previsto para setembro
42 de 2025. O cronograma foi aprovado sem objeções. Em seguida, o Presidente Douglas
43 de Melo Martins informou sobre a designação da Conselheira Caroline Lima e do
44 Conselheiro Davi Prado para elaboração de relatório circunstanciado referente às visitas
45 realizadas pelo CNPCP aos estabelecimentos prisionais objeto de monitoramento da
46 Corte Interamericana de Direitos Humanos. Na sequência, o Conselheiro Rafael Velasco
47 foi convidado a apresentar o andamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho sobre
48 Assistência Jurídica às Pessoas Privadas de Liberdade, ocasião em que destacou os
49 objetivos definidos e as principais sugestões já incorporadas à minuta em elaboração. A
50 Conselheira Graziela, relatora do GT, acrescentou que o grupo trouxe a ideia de
51 construção coletiva, de diretrizes e parâmetros mínimos para assegurar o direito às
52 pessoas privadas de liberdade, pois ainda não existia uma normativa unificada. Decidiu-
53 se por realizar vista coletiva para que a minuta pudesse ser votada na próxima reunião
54 ordinária do Colegiado. Em seguida, passou a palavra para o Conselheiro Pierpaolo
55 Bottini, responsável pelo processo n.º 08016.003824/2025-31, que trata sobre Aplicação
56 da multa do art. 265 do Código de Processo Penal. O Conselheiro informou que o tema
57 surgiu de uma provocação por parte do Conselho Federal da OAB sobre a possibilidade
58 de indulto da multa para advogados que atuassem, na visão de magistrados, de maneira
59 a tentar procrastinar processos. Após a exposição, decidiu-se pela aprovação unânime
60 da minuta e a comunicação da decisão ao Conselho Federal da OAB. Em seguida o
61 Presidente submeteu a apreciação dos conselheiros proposta do envio de um ofício de
62 agradecimento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e a todas as instituições que
63 acolheram o CNPCP. A sugestão foi aprovada por unanimidade. Houve ainda a
64 aprovação da ata da 515ª Reunião Ordinária do CNPCP, realizada em Rondônia, bem
65 como do Ofício de aplauso e reconhecimento a ser enviado aos familiares do ex-
66 presidente do CNPCP, Licínio Leal Barbosa. Após a votação, o Presidente solicitou à Dra.
67 Sandra Almeida, Presidente do COPEN – RJ, que encerrasse a reunião. Para constar,
68 lavrou-se a presente ata, que foi redigida por Carmen Dulce de Britto Freire Dourado,
69 Assessora do CNPCP, e revisada por Isabelle Christinne Araújo Costa, Secretária
70 Executiva do CNPCP.

71

72

Conselheiro Douglas de Melo Martins

Presidente

73